



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Departamento de Prática Jurídica

Ficha 2 (variável)

Disciplina: Execução Penal						Código: DIR004	
Natureza:			(☒) Semestral (☐) Anual (☐) Modular				
(☐) Obrigatória							
(☒) Optativa							
Pré-requisito:		Co-requisito:		Modalidade: (☒) Totalmente Presencial (☐) Totalmente EAD (☐) Parcialmente EAD: _____*CH			
CH Total: 30							
CH Semanal: 2							
Prática como Componente Curricular (PCC):	Padrão (PD): 30	Laboratório (LB):	Campo (CP):	Estágio (ES):	Orientada (OR):	Prática Específica (PE):	Estágio de Formação Pedagógica (EFP):
EMENTA Estudo dos principais aspectos materiais e processuais da execução das penas privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa no sistema penal brasileiro, com ênfase no aprofundamento de questões jurisprudenciais envolvendo os institutos penitenciários e a tensão entre disciplina e direitos fundamentais no cotidiano carcerário.							
PROGRAMA 1. Sistema penal brasileiro; 1.1. Consequências jurídicas do crime; 1.2. Conceito e autonomia da disciplina de execução penal; 1.3. Fontes; 2. Tratamento penitenciário e os direitos dos presos; 2.1. Relação jurídico-penitenciária; 2.2. Instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos; 2.3. Observação, classificação e tratamento educativo; 2.4. Assistência; 2.5. Trabalho interno e trabalho externo; 3. Alternativas à Privação da Liberdade; 3.1. Penas Restritivas de Direito: realidade e normatização; 3.2. Juizado Especial Criminal; 4. Institutos penitenciários; 4.1. Suspensão condicional da pena (sursis); 4.2. Livramento condicional; 4.3. Prisão domiciliar; 4.4. Autorizações de saída; 4.5. Remição de pena; 4.5. Sistema progressivo e diferenciação tratamental; 5.1. Definição do regime inicial de cumprimento de pena; 5.2. Progressão de regime; 5.3. Regressão de regime; 5.4. Diferenciação tratamental criminal e penitenciária; 5.4.1. Deveres dos presos, faltas e sanções disciplinares; 5.4.2. O Regime Disciplinar Diferenciado (RDD); 5.4.3. Sistema Penitenciário Federal; 6. Processo de Execução Penal; 6.1. Conteúdo e natureza; 6.2. Órgãos da execução penal; 6.3. Competência; 6.4. Incidentes de execução; 6.4.1. Conversões; 6.4.2. Incidentes de excesso ou desvio; 6.4.3. Anistia e indulto; 6.5. Procedimento; 6.6. Direito de defesa na execução.							
OBJETIVO GERAL							

Capacitar o estudante para a análise crítica da execução penal no Brasil.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Capacitar o estudante para a intervenção prática na execução penal tendo por escopo o princípio da legalidade e a jurisprudência internacional das cortes de direitos humanos.

PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

A disciplina será desenvolvida mediante aulas expositivo-dialogadas quando serão apresentados os conteúdos curriculares teóricos e através de atividades de prática simulada. Serão utilizados os seguintes recursos: quadro de giz, notebook e projetor de multimídia.

FORMAS DE AVALIAÇÃO

Sendo a disciplina semestral, serão realizadas duas avaliações escritas, podendo uma, a critério do professor, ser substituída por trabalho escrito e/ou apresentado oralmente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (3 títulos)

CARVALHO, Salo de (org.). Crítica à execução penal. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

PAVARINI, Massimo; GIAMBERARDINO, André. Teoria da Pena e Execução Penal: uma introdução crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

RIVERA BEIRAS, Iñaki. La cuestión carcelaria: historia, epistemología, derecho y política penitenciaria. 2. ed. Buenos Aires: Editores delPuerto, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (2 títulos)

FRAGOSO, Heleno; CATÃO, Yolanda; SUSSEKIND, Elisabeth. Direitos dos Presos. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

MIRANDA RODRIGUES, Anabela. Novo olhar sobre a questão penitenciária. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2002.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE RIBEIRO GIAMBERARDINO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/10/2022, às 12:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO BENGHI DEL CLARO, CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PRATICAS JURIDICAS - JD**, em 20/10/2022, às 14:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **4999994** e o código CRC **E4D3659B**.